RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

1. Introdução

1.1. Mensagem da Administração

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, S.A. (doravante designada por Sociedade), vem submeter à Vossa apreciação o relatório de gestão, balanço e contas referentes ao exercício de 2024.

O Plano e Orçamento 2024 preconizou um duplo desafio:

- a consolidação da atividade termal – estimando o crescimento de 10% no número de termalistas e o volume de negócios de 2019, e o crescimento de 30% no segmento bem-estar termal.

- o reforço dos programas termais e dos seus benefícios, estabelecidos no contrato programa, apesar da redução do subsídio à exploração em 13.6%;

Em 2024, crescemos 14% na procura termal global, 10% na procura terapêutica e 44% na procura de programas bem-estar termal.

Em 2024, crescemos 17% no volume das vendas da atividade termal, mas também nas vendas totais do exercício findo a 31 de dezembro de 2024.

O orçamento inicial total de 1.044.000 euros foi superado em 38.089 euros, com um superavit de 16.687 euros.

Apesar da redução do subsídio à exploração, aumentamos os apoios nos programas termais, resultando num benefício total de 53.294 euros, mais 18% que 2023, representando 21% do valor total subsidiado.

Foi um ano de desafios, mas mais importante, foi um ano de resultados que passaremos a relatar.

1.2. Perfil Empresarial

A SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A. é uma empresa local, com natureza municipal, de responsabilidade limitada, nos termos do artigo 19.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual.

Por força do processo de transformação em empresa municipal terminado em 8 de fevereiro de 2021, com a alteração da composição do capital social, a Sociedade integra neste momento o setor empresarial local, detendo a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira 99,52% do capital social.

Os Estatutos da Sociedade, na sua versão atual, definem como objeto social "o desenvolvimento da atividade termal, pela exploração comercial e turística de estabelecimentos termais e utilização da água mineral natural."

Compete-lhe ainda promover a organização de atividades desportivas e/ou culturais, formação profissional, atividades turísticas, atividades de lazer, venda de artigos regionais, entre outros.

Neste contexto, a Sociedade, em estreito alinhamento com as orientações estratégicas definidas pelo Município Santa Maria da Feira, estipuladas no Contrato-Programa celebrado em 25 de janeiro 2024, é responsável pela exploração das Termas das Caldas de S. Jorge (doravante designadas por Termas).

1.3. Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Vitor Carlos Latourrette Marques

Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira

Rui Luís Campos de Oliveira

Assembleia Geral

José Carlos Baptista Martins

Maria da Conceição Machado Alvim Ferraz

Rui Miguel Gama Vasconcelos Pedrosa de Moura

Fiscal Único

António Magalhães & Carlos Santos Associados, SROC

1.4. Recursos Humanos

No ano de 2024 a Sociedade contou com a colaboração total de 42 funcionários, para além do Conselho de Administração.

Dado o carácter sazonal da principal atividade, em 31 de dezembro de 2024 a Sociedade tinha apenas seis funcionários ao seu serviço, todos com vínculo contratual fixo estabelecido.

Os contratados a termo representaram um total de 8560 dias de trabalho.

Ao nível do absentismo, foram registados 606 dias de ausência laboral por motivo de baixa por doença, em alguns casos prolongada.

Em 2024, no âmbito da parceria com a Escola de Hotelaria e Turismo do Porto e a Associação das Termas de Portugal – FORMAÇAO + PRÓXIMA, estavam previstas ações de formação nas áreas de balneoterapia e das técnicas de orl/vias respiratórias, a realizar no final da época. Por força da afluência elevada de termalistas estas ações foram adiadas para 2025.

1.5. Investimentos

Ao longo do exercício económico de 2024, foram efetuados investimentos de aquisição, reparação e manutenção, essencialmente de equipamento básico essencial à atividade, num montante total de 45.073 euros.

2. Factos Relevantes da Atividade

2.1. Termas de S. Jorge

A época termal 2024 decorreu de 19 de Fevereiro a 1 de Dezembro, cumprindo o modelo operativo, definido e aprovado pelas entidades competentes – Direção Geral da Saúde e Direção Geral de Energia e Geologia.

Após o cumprimento rigoroso de todas os procedimentos habituais de abertura, nomeadamente as prerrogativas do programa analítico de monitorização da qualidade microbiológica e das constantes físico-químicas da água mineral natural, bem como os

procedimentos de higienização e desinfeção das instalações e equipamentos, as termas iniciaram os tratamentos a 26 de fevereiro.

Em 2024, as Termas estiveram em funcionamento 286 dias e registaram um total de 2845 inscrições (contra 2490 em 2023) para frequência termal.

Termalistas			
2024	2023	2022	difª23'
2845	2490	2467	14%

Relativamente ao tipo de frequência, dos 2845 termalistas que frequentaram as Termas em 2024, 43% fizeram-no pela primeira vez.

Termalistas - tipo de frequência -Segmento			
	novos	repetentes	total
ct	796	1523	2319
bet	427	99	526
total	1223	1622	2845

Numa análise da procura por grupos etários, regista-se uma predominância dos termalistas das faixas etárias acima dos 65 anos, que representam 53% do total geral.

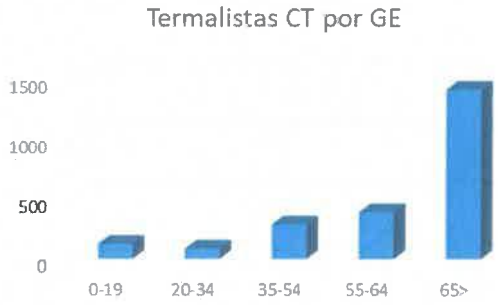
Termalistas - GE			
	bet	ct	total
0-19	15	125	140
20-34	74	86	160
35-54	235	290	525
55-64	115	392	507
65>	87	1426	1513
total	526	2319	2845

Segmento Cura Termal

A procura termal para fins terapêuticos distribui-se quase equitativamente entre as patologias músculo-esqueléticas e vias respiratórias:

Patologias tratadas		
me	orl	pele
1800	1774	31

Ao nível dos grupos etários, a percentagem de termalistas das faixas etárias acima dos 65 anos sobe para 61%.



Não obstante, o público mais jovem (até 19 anos) representa 5.4 % do total da procura termal para fins terapêuticos, com especial incidência nos termalistas até 14 anos (79% do total deste grupo etário), que denota o peso do termalismo pediátrico.

O calendário escolar, com encurtamento das férias da Páscoa e o calendário das atividades extracurriculares, que iniciam cada vez mais cedo em Setembro, constituem um constrangimento à prática termal nas camadas mais jovens e, deste modo, ao aumento deste público termal.

6

Impacto da comparticipação pelo SNS

Do total de 2319 termalistas, que frequentaram termas por motivos de reabilitação e terapêutica (Cura Termal), 1426 beneficiaram de comparticipação pelo SNS.

Os termalistas com requisição do SNS representaram 61.5 % do total de clientes Cura Termal, são maioritariamente utentes da Administração Regional do Norte (92.8%) e recorreram aos cuidados de saúde termais devido à seguinte indicação terapêutica:

Termalistas CT- SNS - >Patologia			
me	orl	pele	total
815	600	11	1426

Impacto dos programas decorrentes do contrato programa

Por forma a facilitar a frequência termal, ao abrigo do contrato programa celebrado para o ano de 2024, a sociedade de turismo comprometeu-se a implementar o **Programa Termas para Todos**: isentando o pagamento da taxa de inscrição termal e atribuindo um benefício de 15% de desconto no valor dos tratamentos a todos os termalistas residentes no concelho de Santa Maria da Feira, e referenciados por médico de família, nos programas terapêuticos de 15 dias.

Paralelamente, por forma a garantir a acessibilidade da frequência termal aos munícipes que, pela sua condição financeira e de saúde o necessitem, comprometeu-se ainda a implementar programas terapêuticos de termalismo social, nomeadamente:

Programa Termas para quem mais precisa:

a) complemento adicional de 5% para detentores do cartão Feira Sénior - escalão A, referenciados por médico de família, nos programas terapêuticos de 15 dias;

b) Complemento adicional de 5% para crianças e jovens até aos 18 anos, referenciados por médico de família, nos programas terapêuticos de 15 dias;

c) Complemento adicional de 5% para detentores de atestado de incapacidade multiusos, referenciados por médico de família, nos programas terapêuticos de 15 dias;

Ao abrigo destes programas, de 971 termalistas residentes no concelho de santa maria da feira, 724 beneficiaram de condições especiais de frequência termal, como segue:

Programas Termais - Contrato Programa				
Programas	**curas**	**beneficio total**	**€/md**	**% desc**
Termas para quem mais precisa	57	4509	€ 79	26,8%
cartão feira senior	2	179	€ 90	25,7%
crianças e jovens até 18 anos	34	2184	€ 64	29,0%
portadores atestado multiusos	21	2146	€ 102	24,9%
Termas para todos	667	48785	€ 73	21,9%
Total	724	53294	€ 74	22,3%

A aplicação deste benefício, permitiu um desconto médio de 73 € por termalista, a que corresponde uma percentagem total de 21,9% sobre o valor bruto a pagar no programa Termas para Todos. Por sua vez, no programa Termas para quem mais precisa, o desconto médio sobe para 79€ por termalista, a que corresponde uma percentagem total de 26.8% sobre o valor bruto a pagar.

Associado à comparticipação pelo SNS, para a grande maioria representou uma redução média total de 42,8% (programa Termas para Todos) e 47.4% (programa Termas para quem mais precisa).

O benefício total concedido com esta medida representou 21% do subsídio atribuído no contrato programa celebrado para o exercício de 2024 (contra 15% de 2023).

As curas termais de residentes não abrangidas dizem respeito a segundas épocas de tratamento ou ao não cumprimento dos requisitos definidos.

Programa TermalSenior - programa terapêutico de 15 dias dirigido aos seniores com mais de 60 anos, acessível a todas as freguesias do concelho, em viagens organizadas com transporte gratuito.

A divulgação do programa TermalSenior conta com a colaboração das juntas de freguesia. No ano de 2024, foram organizadas 5 viagens, abrangendo todo o concelho, totalizando 77 participantes, distribuídos como segue:

Programas Termal Senior		
Viagens programadas	datas	nº seniores
Sanguedo, Argoncilhe, Nogueira Regedoura, S. Paio Oleiros, Mozelos	março	17
Paços de Brandão, SMLamas, Rio Meão, S. João Ver, Lourosa, Fiães	abril	17
Santa MFeira, Espargo, Travanca, Sanfins, Escapães, Fornos	maio	17
Lobão, Guisande, Louredo, Vale, Vila Maior, Gião, Canedo	outubro	12
Souto, Mosteiró, Arrifana, Romariz, Milheiros, Caldas S. Jorge, Pigeiros	novembro	14
Total Seniores participantes		**77**

Para além dos benefícios decorrentes do contrato programa acima referidos, beneficiaram ainda de transporte dedicado gratuito.

Segmento Bem-estar

Em 2024 registou-se um crescimento de 36% dos clientes dos programas de bem-estar face a 2023, que já tinha verificado um crescimento de 21% face a 2022.

Termalistas BET						
2024	2023	2022	2021	2019	difª19'	difª23'
526	387	319	89	238	121%	36%

Ao nível dos grupos etários, neste segmento assiste-se a uma maior predominância de termalistas nas faixas etárias abaixo dos 55 anos (62%).

Os SPABADOS representaram 96% do total de clientes bem-estar. Neste segmento bem-estar, 62% dos termalistas que frequentaram as termas s. Jorge, tinham menos de 55 anos e 4.8% eram termalistas estrangeiros, oriundos dos mais diversos países, com destaque para os termalistas oriundos de França que representam 64% do total.

Durante a época termal 2024, as termas receberam mais de 31.643 visitas para realização de mais de 108.000 práticas termais, significando uma média de 137 termalistas/dia.

PARCERIAS

À semelhança dos anos anteriores, mantivemos o relacionamento institucional com diversas entidades, tendo em vista a promoção do Termalismo em geral e das Termas de S. Jorge em particular.

Ao nível dos Programas Termais:

Caixa de Previdência dos Serviços Municipalizados de Gaia

Pela 18ª época termal consecutiva, em Setembro recebemos um grupo de 55 beneficiários para 20 dias de tratamento termal.

Termal Sénior - Edv

Em 2024 a frequência termal ao abrigo deste projeto totalizou 9 viagens e 118 seniores participantes - 77 seniores feirenses, acima referenciado; 21 seniores sanjoanenses (protocolo com Junta de Freguesia de S. João da Madeira) e 20 seniores oliveirenses (protocolo com Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis).

Termalsenior 2024			
smf	sjm	oaz	total
77	21	20	118

Em qualquer um dos programas o transporte é garantido pelas respetivas câmaras municipais ou pela junta de freguesia no caso de S. João da Madeira.

Ao nível dos Protocolos:

O ano de 2024 terminou com 43 protocolos em vigor.

Ao nível institucional:

Associação das Termas de Portugal

A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, S.A. é Presidente da Assembleia-Geral da ATP desde Abril de 2018.

O Diretor Clínico das Termas, Prof Doutor Pedro Cantista e a vogal do Conselho de Administração, Teresa Vieira, mantiveram a participação na Comissão Técnico Científica da ATP, coordenada pela última.

Sociedade Portuguesa de Hidrologia e Climatologia e UEMS

O Prof. Doutor Pedro Cantista, Diretor Clínico das Termas de S. Jorge, mantém a presidência da Direção da SPHM.

É ainda Delegado representante da Ordem dos Médicos Portuguesa na UEMS Balneology Multidisciplinary Joint Committe, criada em 2023.

Estabelecimentos de Ensino/ Formação Profissional

Mantendo a política de aproximação à comunidade científica e aos estabelecimentos de ensino, mantivemos em 2024 a parceria com o ICBAS – Porto, no âmbito da cadeira de Hidrologia Clínica, cadeira opcional de mestrado integrado do Curso de Medicina, do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar – ICBAS, para a componente prática formativa, em vigor desde 2008.

Ao abrigo deste protocolo recebemos em contexto de formação prática os alunos inscritos na cadeira no ano letivo 2023/2024.

Em julho de 2024, as Termas participaram no 3º Curso de Verão - Medicina Termal - Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, tendo recebido os participantes em contexto de formação prática.

11

No âmbito da formação específica do internato de medicina física e reabilitação, foram realizados três estágios de medicina termal, a saber:

2 internos do Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga.

1 interno do Hospital Santo Antonio

Ao abrigo dos protocolos de parceria foram realizados 8 estágios curriculares em contexto de trabalho:

Estágios Curriculares em contexto trabalho			
entidade	curso	nº horas	nº estagios
CEI	Profissional de Técnico Auxiliar de Saúde	200 H	2
EPPB - Paços de Brandão	Técnicos de Massagem de Estética e Bem-Estar	300 H	2
IEFP - Rio Meão	Técnicos de Massagem de Estética e Bem-Estar	210 H	2
IEFP - Rio Meão	Profissional de Técnico Auxiliar de Saúde	210 H	2

REFORÇO DA VISIBILIDADE E NOTORIEDADE DAS TERMAS DE S. JORGE

Um dos objetivos estratégicos que norteia os grandes eixos de ação do plano de marketing das Termas S. Jorge visa o contínuo reforço da visibilidade e notoriedade da sua imagem de marca com o objetivo de dar a conhecer e credibilizar as suas valências terapêuticas e de bem-estar, com ofertas segmentadas para diferentes perfis de públicos.

- Ações de divulgação dirigidas especificamente à comunidade médica local e regional e nacional

Na abertura da época termal, foram realizadas ações de comunicação personalizada a prescritores, num total de mais de 350 contactos realizados, relativas à oferta termal, TermalSenior e benefícios para residentes decorrentes do contrato-programa, sempre que aplicável.

12

- Ações de promoção junto do público final:

Em termos de marketing digital, a aposta continuou a incidir numa comunicação permanente a nível das redes sociais, nos canais de facebook, instagram, reforçada com a interligação ao site e loja online, para impulsionar uma atitude mais reativa por parte dos visitantes:

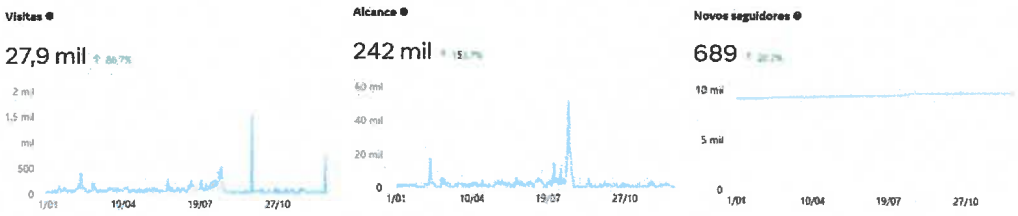
Redes Sociais:

www.facebook.com/termassjorge

www.instagram.com/termassjorge/

Total publicações: 237

No ano 2024, registamos um crescimento significativo na performance da página Facebook das termas s. Jorge, +86.7% Visitas; +153.7% Alcance; +20.2% seguidores:

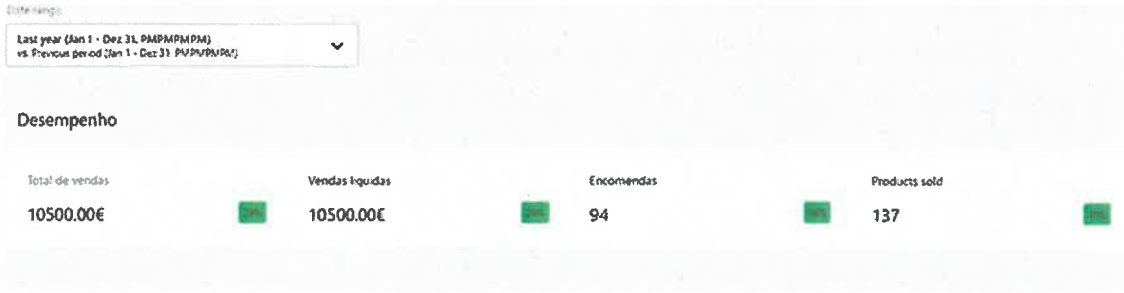


Site:

www.termas-sjorge.com

Total Visitas: 142.080 + 8%

A loja online registou um total de 94 encomendas, 137 produtos vendidos, num montante total de 10.500 euros de vendas.



- Ações de promoção junto do público termal:

As ações de Marketing direto continuaram a ser uma aposta de comunicação das Termas S. Jorge com o seu público, reforçando a relação emocional com os termalistas através de ações de envio de SMS e telemarketing num total de 5800 contactos.

Estas ações de marketing direto dirigidas a clientes, nomeadamente com o envio de SMS, tiveram a pretensão de incentivar a frequência termal, de forma mais imediata, com o objetivo de também fidelizar os seus clientes, aos serviços de saúde e bem-estar do balneário termal.

O telemarketing tem uma relevância especial no âmbito do projeto "TermalSenior – saúde e termalismo", que carece de uma prestação de informação mais especifica e detalhada (como datas da viagens, benefícios e funcionamento do circuito), principalmente na captação de novos termalistas.

Em paralelo, visando a prossecução de um outro objetivo estratégico: criar continuamente uma relação profícua de proximidade com as instituições locais e comunidade em geral, numa perspetiva de envolvimento ativo com a sociedade, o foco da atuação em 2024 foi trabalhar numa visão comum, promovendo o desenvolvimento de atividades e projetos enriquecedores de interesse coletivo, especialmente os dirigidos à área da promoção da saúde e do bem-estar.

Neste sentido, a estratégia de comunicação das Termas S. Jorge em 2024 continuou a assentar no trabalho em proximidade com todos os agentes da nossa comunidade: público em geral, académico e profissional e ao nível institucional e político, onde destacamos:

- Presença em reuniões científicas, congressos médicos e eventos congéneres da área da saúde:

Valor: Contribuir para o Conhecimento e Formação da Atividade nas suas diversas áreas de intervenção

Em 2024, as Termas marcaram presença em 6 encontros clínicos, que mobilizaram mais de 2200 participantes, onde destacamos:

presença em eventos clínicos 2024	
evento	**nº participantes**
Open Resident Day	600
Saúde Mental em profissionais de ERPI	70
IACS – ESCOLA ENFERMAGEM DE OAZ	800
One digital Conference Health	500
VII Jornadas de Pediatria ULSEDV	150
I Jornadas do Neurodesenvolvimento do CHEDV	120

- Presença em eventos congéneres da área da saúde

Valor: Fomentar a prevenção e promoção da saúde, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, com enfoque no território local

Não menos importante, destacamos os eventos promotores da saúde e/ou da literacia na saúde, que as termas acolheram, organizaram ou em que participaram:

organização e/ou acolhimento e/ou participação em eventos de saúde
ciclo conferencias - Nós e a nutrição
ciclo conferencias - Nós e a próstata
Feira Saude Lourosa
Festa Saude no Parque
IX Dia do Cuidador
Semana senior oaz - encontro clube senior
XIV Congresso Nacional do Mutualismo
XVIII Olimpíadas Seniores

Neste grupo, destacamos a Festa da Saúde no Parque, organização em parceria com a UCC Feira Norte, ULS Entre Douro e Vouga e Junta de freguesia.

Nesta 4ª edição, o Gotinhas e a sua amiga Maria dedicaram o dia às 170 crianças do universo escolar dos JI e 1º ciclo da União de freguesias das Caldas de S. Jorge e Pigeiros, e celebraram: **"A magia do sorriso"**, dando enfoque temático: as necessidades especiais/inclusão/felicidade.

- Presença e/ou apoio em eventos da comunidade:

Valor: Gerar valor acrescentado à comunidade local, concelho e stakeholders

O ano de 2024 foi profícuo em presenças deste eixo, que aqui relatamos por tipologia:

- 6 eventos desportivos

apoio e/ou participação em eventos desportivos
20.º Festival de Patinagem artística Lourosa
Bravos chalenge
Grande Premio de Atletismo Caldas S. Jorge
Meia Maratona da Primavera
Trail dos Fogaceiros
Trilhos termais

- 8 eventos com comunidade escolar

apoio, e/ou organização e/ou participação em eventos comunidade escolar
Visita do Gotinhas e da Maria à EB1 Caldelas
Convenção das crianças - (Agrupamento Escolas Coelho e Castro)
Dia da Familia (Pelouro da Educação - FapFeira)
Dia mundial da água (ação na Escola de Escapães)
Dia mundial da água (ação na Escola EB 1 Igreja, de Paços de Brandão) -
Dia mundial da água (escola Global)
Dia mundial da água (Jardim de Infância do Carregal)
Projeto Desafia-te - sessão das termas

- 4 eventos empresariais

apoio e/ou participação em eventos empresarias
Mercafeira
Mercafeira - 2.ª ediçao
Habitafeira
Intertex| Intershoes

Por último e não menos importante, os 3 eventos na envolvente termal.

apoio e/ou participação em eventos envolvente termal
Carnaval das Termas das Caldas S. Jorge
Festa S. Jorge e Stº António
Caldas Sabor e Arte

Neste âmbito, destacamos a Prova de Águas inserida no programa do Caldas Sabor e Arte.

Valor: Valorizar, preservar e promover o património termal (histórico, geológico, sociocultural, arquitetónico e ambiental

Conduzida pelo diretor técnico da concessão hidromineral, Dr. Manuel Antunes Silva, geólogo e o "o único 'sommelier' de águas certificado em Portugal, onde demonstrou as diferentes tipologias de águas minerais naturais com características e benefícios muito diversos.

2.2. Outras atividades

Viagem Medieval em Terras de Santa Maria - Banhos S Jorge

BANHOS PÚBLICOS
S. JORGE

Na edição da Viagem Medieval 2024, os Banhos S Jorge receberam 8.500 visitantes, onde aproximadamente 600 foram convidados institucionais ou termalistas.

Ano após ano, o espaço recriado é melhorado e a experiência valorizada, tornando esta área temática - concebida, construída e gerida integralmente pela Sociedade - um espaço de visita "obrigatória".

Para além da sua importância na oferta das experiências diferenciadoras da Viagem Medieval, os Banhos S. Jorge têm-se revelado o espaço ideal de promoção das Termas de S. Jorge e de relações públicas institucionais.

Perlim- Parque temático de Natal – Perlim mais perto de mim

PERLIM
MAIS PERTO DE MIM

Fechamos o ano com "chave de ouro", com a nossa contribuição para o Perlim.

Ao longo das diferentes edições de Perlim, as termas e a sua mascote Gotinhas marcaram presença no (en)canto das águas e em 2023 no mercado de Natal.

É inquestionável reconhecer Perlim como o mais original parque temático de Natal do país e como o projeto que desde 2008 anima a nossa cidade e todos os que o visitam.

Mas Perlim é mais do que um evento e tem ao longo dos anos realizado várias ações de responsabilidade social, espalhando a sua magia.

Conscientes desta preocupação, em 2024 - ano em que o Gotinhas apresentou a sua amiga Maria, "uma menina estrela e que representa os meninos que desejam ser saudáveis e felizes, cuja missão é espelhar alegria e magia junto de quem mais precisa"

- a nossa participação não podia ser mais especial: transportar o mundo mágico de Perlim para as pediatrias dos hospitais da zona norte e centro do país.

Numa peça criada com o propósito de oferecer uma experiência inclusiva para crianças hospitalizadas, Perlim viajou até à Pediatria do Hospital S. Sebastião, e circulou depois pelas unidades hospitalares pediátricas do Hospital S. João, IPO e Centro Materno Infantil, no Porto; do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra; do Hospital Infante D. Pedro, em Aveiro; do Hospital da Senhora da Oliveira, em Guimarães; do Centro Hospitalar Gaia-Espinho e do Centro Reabilitação Norte.

Promoção Turística

No âmbito das ações de promoção turística, a Sociedade renovou a sua participação ativa na Bolsa de Turismo de Lisboa 2024, estando as Termas representadas no espaço Santa Maria da Feira/AMP e no espaço das Termas Norte de Portugal, ambas no stand da TPNP.

3. Factos Económicos e Financeiros

POLÍTICA DE PREÇOS E ANÁLISE DAS VENDAS

Em 2024, mantivemos a tabela única ao longo de todo o ano, que sofreu uma atualização cirúrgica e ponderada.

O volume de vendas em inscrições, consultas e tratamentos termais, produtos e serviços anexos, ascendeu a 779.307euros, superando em 17% as vendas de 2023 e as vendas de 2019, pré-pandemia.

vendas totais						
2024	2023	2022	2021	2019	difª19'	difª23'
779 307	667 490	662 872	329 752	749359	4%	17%

O segmento terapêutico (cura termal) representou 94% do total das vendas, superando também o total das vendas de 2023 e de 2019.

vendas ct						
2024	2023	2022	2021	2019	difª19'	difª23'
732 681	629 696	634 358	1	711 536	3%	16%

A faturação ao SNS representou 17% do valor total das vendas do segmento terapêutico.

No segmento bem-estar termal – venda direta programas - regista-se igualmente o crescimento face ao total das vendas de 2023 e de 2019:

vendas bet				
2024	2023	2019	difª19'	difª23'
18 534	16 892	13 819	34%	10%

Importa aqui referenciar os valores faturados em vouchers bem-estar (loja física e online), que devemos acrescer estas vendas a este segmento:

vendas p&s - vouchers bet				
2024	2023	2019	difª19'	difª23'
14 548	11 523	9 474	54%	26%

Relembramos que dos 14.584 euros faturados em vouchers, 10.500 foram transacionados via loja online.

Assim, as vendas do segmento bem-estar representaram 4.2 % do total das vendas da atividade termal.

O volume de negócios da atividade termal superou em 3% o valor previsto em orçamento.

Vendas - Execução Orçamental - termas			
orçº 24'	Execução 24'	aumº	%
753 000	779 307	26 307	3%

O volume total de negócios foi de 816.277 euros, representando um crescimento de 3% face ao ano de 2019 e de 17,36% face ao ano transato.

vendas totais						
2024	2023	2022	2021	2019	difª19'	difª23'
816 277	695 522	687 720	479 711	789519	3%	17,36%

Considerando o valor estimado no PAO 2024 do total das Vendas, regista-se uma taxa de execução de 103%.

Vendas - Execução Orçamental			
orçº 24'	Execução 24'	aumº	%
789 000	816 277	27 277	103%

CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

Em 2024, os custos de exploração registaram um aumento face a 2023, apesar de ainda ficar aquém de 2022.

rubrica	fse						
	2024	2023	2022	2021	2019	difº19'	difº23'
Trabalhos especializados	119 818	113 777	109 127	48 928	99 890	20%	5%
Energia e fluídos	116 603	70 852	**177 355**	58 961	97 766	19%	65%
Conservação,Reparação, Ferramentas e utensilios	32 746	50 376	53 179	32 060	42 562	-23%	-35%
Outros fse	55 926	50 248	51 639	46 115	59 216	-6%	11%
total	**325 093**	**285 254**	**391 300**	**186 064**	**299 435**	**9%**	**14%**

A conta de Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) totalizou o montante de 325.093 euros, representando um aumento de 14% face ao exercício de 2023. Mais uma vez, a variação decorre essencialmente dos custos energéticos, neste caso o seu aumento.

Os custos com pessoal totalizaram o montante de 625.944 euros, representando um aumento de 15% face a 2023.

Apesar do desvio orçamental de 5%, este aumento está justificado pelo aumento da atividade e o aumento dos dias de trabalho dos contratados a termo (8560 dias contra 6795 dias em 2023).

custos com pessoal - Execução Orçamental			
orçº 24'	Execução 2´4'	aumº	%
595 150	625 944	30 794	5%

Os gastos operacionais totalizaram em 2024 983.749 euros, representando um desvio orçamental de 1.2 %.

Gastos Operacionais - Execução Orçamental			
orçº 24'	Execução 24'	aumº	%
972 000	983 749	11 749	101,2%

4. Resultados e Execução Orçamental

Os resultados antes de impostos da Sociedade foram positivos em 16.687 euros.

Por força do contrato-programa foi atribuído um subsídio no montante 255.000 euros. Apesar da redução de 40.000 euros do montante do subsídio face a 2023, o peso do subsídio nas receitas totais desceu 23.57% (29.77% em 2023).

As Contas do Exercício findo a 31 de dezembro de 2024 da Sociedade apresentam uma taxa de execução orçamental de 104% na Receita total e 102% na Despesa total.

O rácio das receitas próprias sobre a Despesa total subiu para 77.63%.

descrição	2024	orç 24
receitas próprias	827 089	789 000
Subsídios à Exploração CMF	255 000	255 000
Receitas totais	1 082 089	1 044 000
Gastos totais	1 065 402	1 044 000
Resultado antes de impostos	16 687	0
Peso das Receitas Proprias/ GT	77,63%	75,57%
Peso do Subsídio à exploração/rT	23,57%	24,43%

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, resultou um resultado líquido positivo do exercício no montante de 12.400,48 euros.

Neste sentido, propomos que o resultado seja aplicado da seguinte forma:

- Reservas legais: 620,03 euros;

- Resultados transitados: 11.780,45 euros.

6. Declaração e Factos Relevantes posteriores a 31 de dezembro de 2024

A Sociedade gestora não tem ações próprias e durante o exercício em análise não adquiriu nem alienou ações próprias.

A Sociedade não tem sucursais.

Durante o exercício em análise não foram concedidas autorizações para negócios entre a sociedade e os administradores, abrangidos pelo artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração não tem conhecimento de outras ocorrências de factos relevantes após o termo do exercício.

7. Situação perante a Segurança Social

Por último e no cumprimento da lei, informamos que em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade não possuía dívidas em atraso à Segurança Social.

8. Considerações Finais

A atividade da Sociedade de Turismo, em particular da atividade termal vinda de relatar só foi possível graças ao empenho de toda equipa da Sociedade (colaboradores e corpo clínico), pela sua entrega, profissionalismo, responsabilidade e resiliência, que aqui expressamos o nosso reconhecimento especial.

Um agradecimento a todos os membros dos órgãos estatutários que exerceram funções em 2024 e aos nossos acionistas que continuam a acreditar neste projeto.

Terminamos este relatório agradecendo aos nossos Termalistas, que nos confiam incondicionalmente a sua saúde, num reconhecimento da valia terapêutica e da segurança sanitária das Termas S. Jorge.

Santa Maria da Feira, 19 de março de 2025

O Presidente do Conselho de Administração,

(Município de Santa Maria da Feira, representada por Vítor Carlos Latourrette Marques)

A Vogal do Conselho de Administração

(Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira).)

O Vogal do Conselho de Administração

(Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA, representada por Rui Luís Campos Oliveira.)

M

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A

Balanço individual em 31 de dezembro de 2024 *(Euros)*

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31.12.2024	31.12.2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6 e 8	118 994,82	179 437,55
Outros investimentos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos	22	16 018,22	26 684,35
		135 013,04	206 121,90
Ativo corrente			
Inventários	10	14 435,91	10 656,20
Clientes	13	57 023,53	30 500,33
Estado e outros entes públicos	12	0,00	
Acionistas/Sócios		711,30	711,30
Outros créditos a receber	13	3 406,23	408,35
Diferimentos	15	737,29	733,12
Caixa e depósitos bancários	5 e 16	268 502,31	297 943,11
		344 816,57	340 952,41
Total do Ativo		479 829,61	547 074,31
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	17	125 600,00	125 600,00
Outros instrumentos de capital próprio	19	667 000,00	667 000,00
Reservas legais	18	11 461,35	9 387,07
Resultados transitados		-656 235,33	-742 861,67
Excedentes de revalorização	20	61 593,91	108 808,91
Resultado líquido do período		12 400,48	41 485,62
Total do Capital Próprio		221 820,41	209 419,93
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	14	138 552,12	173 190,01
Passivos por impostos diferidos	21	17 882,69	31 589,69
		156 434,81	204 779,70
Passivo corrente			
Fornecedores	13	9 982,64	24 346,16
Estado e outros entes públicos	12	17 204,06	37 615,02
Financiamentos obtidos	14	34 637,88	34 637,88
Outras dívidas a pagar	13	34 680,70	32 203,67
Diferimentos	15	5 069,11	4 071,95
		101 574,39	132 874,68
Total do Passivo		258 009,20	337 654,38
Total do Capital Próprio e do Passivo		479 829,61	547 074,31

24

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Maria do Céu Soares da Silva

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A

Demonstração dos resultados por naturezas
período findo em 31 de dezembro de 2024

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos 2024	2023
Vendas e serviços prestados	23	816 276,91	695 521,94
Subsídios à exploração	24	255 000,00	295 000,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	10	-27 742,61	-22 777,02
Fornecimentos e serviços externos	25	-325 093,34	-285 254,34
Gastos com pessoal	26	-625 943,68	-543 692,21
Outros rendimentos	23	10 811,87	245,87
Outros gastos	27	-4 969,54	-5 237,58
antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		98 339,61	133 806,66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	28	-72 770,07	-68 713,92
operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		25 569,54	65 092,74
Juros e gastos similares suportados	29	-8 882,95	-10 624,14
Resultado antes de impostos		16 686,59	54 468,60
Imposto sobre rendimento do período	30	-4 286,11	-12 982,98
Resultado liquido do período		12 400,48	41 485,62
Resultado por ação básico		9,87	33,03

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Maria do Céu Soares da Silva

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 2024 e 2023

RUBRICAS			NOTAS	Períodos	
				2 024	2 023
Fluxos de caixa das actividades operacionais					
Recebimentos de clientes		+		1 056 021,49	1 014 157,51
Pagamentos a fornecedores		-		-396 765,04	-236 670,13
Pagamentos ao pessoal		-		-534 773,93	-530 831,04
Caixa gerada pelas operações		+/-		124 482,52	246 656,34
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+		-13 647,42	-3 033,70
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		-81 592,43	-96 663,63
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-		29 242,67	146 959,01
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-		-15 162,63	-27 404,28
Activos intangíveis		-			
Investimentos financeiros		-			-249,99
Outros activos		-			
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		+			
Investimentos financeiros		+			1 693,57
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-		-15 162,63	-25 960,70
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		+			
Cobertura de prejuízos		+			
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-		-34 637,89	-92 172,12
Juros e gastos similares		-		-8 882,95	-11 012,72
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)			-43 520,84	-103 184,84
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			-29 440,80	17 813,47
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		297 943,11	280 129,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-		268 502,31	297 943,11

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2024

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2024		125 600,00	667 000,00	9 387,07	-742 861,67	108 808,91	41 485,62	209 419,93
Alterações no período:								
Excedentes de revalorização								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				2 074,28	86 626,34	-47 215,00	-41 485,62	
				2 074,28	86 626,34	-47 215,00	-41 485,62	
Resultado líquido do período							12 400,48	12 400,48
Resultado integral							-29 085,14	12 400,48
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de prestações acessórias								
Cobertura de perdas								
Posição no fim do período 2024		125 600,00	667 000,00	11 461,35	-656 235,33	61 593,91	12 400,48	221 820,41

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

sociedade de turismo de santa maria da feira em, s.a.| rua dos descobrimentos, n.º 12, r/c esq.|4520-201 santa maria da feira capital social: 125.600 euros | NIPC 504134353 | Conservatória do Registo Comercial e Predial de santa maria da feira

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA, EM, S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NO PERÍODO 2023

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período 2023		125 600,00	667 000,00	9 052,55	-796 430,51	156 021,91	6 690,36	167 934,31
Alterações no período:								
Excedentes de revalorização								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				334,52	53 568,84	-47 213,00	-6 690,36	
				334,52	53 568,84	-47 213,00	-6 690,36	
Resultado líquido do período							41 485,62	41 485,62
Resultado integral							34 795,26	41 485,62
Operações com detentores de capital no período								
Realizações de prestações acessórias								
Cobertura de perdas								
Posição no fim do período 2023		125 600,00	667 000,00	9 387,07	-742 861,67	108 808,91	41 485,62	209 419,93

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Maria do Céu Soares da Silva

sociedade de turismo de santa maria da feira em, s.a.| rua dos descobrimentos, n.º 12, r/c esq.|4520-201 santa maria da feira capital social: 125.600 euros | NIPC 504134353 | Conservatória do Registo Comercial e Predial de santa maria da feira

Anexo ao Relatório Anual de Gestão

Informações sobre participações no capital da sociedade dos membros dos órgãos de administração e fiscalização – artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

Conselho de Administração	Número de Ações detidas à data de 31-12-2024	Número de Ações detidas à data de 31-12-2023
Dr. Vítor Carlos Latourrette Marques, não detém ações da sociedade, representa o Município de Santa Maria da Feira que detinha	1.250	1.250
Dra. Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira, não detém ações da sociedade	0	0
Dr. Rui Luís Campos Oliveira, não detém ações da sociedade, representa Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA que detinha	1	1

Fiscal Único	Número de Ações detidas à data de 31-12-2024	Número de Ações detidas à data de 31-12-2023
Dr. António Monteiro Magalhães, não detém ações da sociedade, representa a sociedade António Magalhães & Carlos Santos – SROC que detinha	0	0

Durante o exercício de 2024 não foram feitas quaisquer aquisições, onerações ou alienações.

Santa Maria da Feira, 19 de março de 2025

O Presidente do Conselho de Administração,

(Município de Santa Maria da Feira, representada por Vítor Carlos Latourrette Marques)

A Vogal do Conselho de Administração

(Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira).)

O Vogal do Conselho de Administração

(Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA, representada por Rui Luís Campos Oliveira.)

SOCIEDADE DE TURISMO DE SANTA MARIA DA FEIRA EM, S.A

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

(montantes expressos em euros)

1. Identificação da entidade e período de relato:

1.1 Designação da entidade
Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, S.A.

1.2 Sede
Rua dos Descobrimentos n.º 12, Santa Maria da Feira

1.3 Natureza da atividade
A Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira EM, S.A. ("Empresa") é uma sociedade anónima com sede em Santa Maria da Feira, constituída em 25 de novembro de 1997 e que tem como atividade principal o desenvolvimento da atividade termal, pela exploração comercial e turística de estabelecimentos termais e utilização da água mineral natural.
Por força do processo de transformação em empresa municipal terminado em 8 de fevereiro de 2021, com a alteração da composição do capital social, a Sociedade integra neste momento o setor empresarial local, detendo a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira 99,52% do capital social.
Atualmente, a Empresa encontra-se a explorar o balneário das Termas das Caldas de S. Jorge.

1.4 Designação e sede da empresa-mãe final e local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas.
Não aplicável

1.5 Designação e sede da empresa-mãe intermédia local onde podem ser obtidas cópias das demonstrações financeiras consolidadas.
Não aplicável

1.6 Caso tenha sido alterada a data do balanço e as demonstrações financeiras anuais sejam apresentadas para um período mais longo ou mais curto do que um ano.
Não aplicável

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Indicação do referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009 - de 13/07 (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 - 23/08; Decreto-Lei n.º 36-A/2011 - 09/03; Lei n.º 66-B/2012 - 31/12; Lei n.º 83-C/2013 - 31/12; republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 - 02/06;
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 24 de julho (Estrutura conceptual);
- Aviso n.º 8256/2015, de 24 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas);
- Aviso n.º 8258/2015, de 24 de julho (Normas Interpretativas).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições ao SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024, incluídas nas presentes Demonstrações Financeiras para efeitos de comparativos, estão apresentadas em conformidade com Decreto-Lei n.º 98/2018 de 2 de junho, não tendo sido posta em causa a comparabilidade das mesmas.

3. Adoção pela primeira vez das NCRF — divulgação transitória

A Sociedade adotou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das

Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospetivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de janeiro de 2009, e a Sociedade preparou o seu balanço de abertura a essa data, considerando as isenções e exclusões a outras normas existentes, permitidas pela NCRF 3.

4. Principais políticas contabilísticas

4.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

O Órgão de Gestão procedeu à avaliação da capacidade de a Sociedade operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Órgão de Gestão concluiu que a empresa dispõe ou consegue os recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

a) Ativos fixos tangíveis

i) Modelo do custo

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 01 de janeiro de 2009, encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos após aquela data, encontram-se registados ao seu custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os investimentos efetuados pela Empresa nas Termas de S. Jorge são registados nas respetivas rubricas de "Ativos fixos tangíveis" (Nota 8) e depreciados de acordo com a vida útil estimada do bem ou pelo prazo da concessão, se este for inferior à vida útil do mesmo e com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	1 - 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 8 anos
Equipamentos reavaliados em 2019[1]	3 – 6 anos

[1] A depreciação dos equipamentos reavaliados em 2019 iniciou-se no exercício de 2021.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.
Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.
As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

ii) Modelo de revalorização
Após o reconhecimento das depreciações do exercício de 2019, os equipamentos básicos e administrativos da empresa foram mensurados por uma quantia revalorizada que é o justo valor à data da revalorização menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas subsequentes, determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores profissionalmente qualificados e independentes (modelo de revalorização). As revalorizações são feitas com a regularidade suficiente que permita assegurar a inexistência de uma diferença materialmente relevante entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor à data de balanço.
Os aumentos à quantia escriturada em resultado de revalorizações são creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios da Empresa. As reduções que possam ser compensadas por anteriores revalorizações do mesmo ativo são movimentadas contra a respetiva quantia escriturada de excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis. As restantes reduções são reconhecidas na demonstração dos resultados como perdas por imparidade. A frequência das revalorizações é definida pelas alterações no justo valor dos ativos revalorizados, sendo consideradas sempre que estes difiram materialmente da quantia escriturada.
Quando os ativos revalorizados são alienados, o montante que se encontra reconhecido em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados. Adicionalmente, o montante de realização anual do excedente associado aos bens depreciáveis, é também transferido para a rubrica "Resultados Transitados".

b) Ativos intangíveis
Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta e de uma forma consistente.
Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente de período para período, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos intangíveis	Vida útil estimada
Programas de computador	1 a 3 anos

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

c) Imparidade de ativos

A Empresa avalia, à data de balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pela qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis" ou "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis". A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou não; no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento inicial de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não pode ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação da imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão da perda por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações ou depreciações), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição ao excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração de resultados.

d) Inventários

As mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente. Se o valor realizável líquido for inferior, justifica-se o reconhecimento de imparidades nos períodos em que as necessidades de ajustamento são constatadas, utilizando-se o custo de reposição como referencial.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como "Imparidade de inventários (perdas/reversões)". Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas anteriormente reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos de acordo com o pressuposto do acréscimo, exceto nos casos em que estes sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo, para ficar pronto para o uso pretendido seja substancial, caso em que são capitalizados até ao momento em que todas as atividades necessárias para preparar o ativo elegível para uso estejam concluídas.

f) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo amortizado e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica de saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente, no que respeita ao detalhe das operações que as integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ou parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais dos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o

j) Rédito

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, refletindo eventuais descontos concedidos e não incluindo quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas: (i) são transferidos para o comprador todos os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens; (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado à posse ou ao controlo efetivo dos bens vendidos; (iii) a quantia do rédito pode ser mensurada com fiabilidade; (iv) seja provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade; (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber e referente à fase de acabamento da transação à data do balanço se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade.

l) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento, reconhecido como gasto dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras, encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização de impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2020 a 2023 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as

controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

ii) Dívidas a terceiros

As contas de fornecedores e de outros terceiros encontram-se mensuradas ao custo amortizado. As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial. O desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo amortizado.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

g) Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

h) Matérias ambientais

As entidades nacionais têm a obrigação de evitar, reduzir e reparar os danos causados ao ambiente ou a terceiros no âmbito da sua atividade, devendo adotar as medidas necessárias para recolher, encaminhar e tratar os resíduos das mais diversas naturezas, as águas residuais, a proteção de solos e de recursos hídricos e a prevenção de ruídos e vibrações.

A responsabilidade das empresas portuguesas que exerçam uma atividade económica suscetível de provocar danos ao ambiente e a terceiros passou a ser regulada pelo Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho, que vem prever a constituição de garantias financeiras para cobertura das responsabilidades, designadamente, através da subscrição de apólices de seguro, obtenção de garantias bancárias ou constituição de fundos próprios.

i) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar" e "Diferimentos".

taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.
Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal.
Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.
Nos termos do artigo 88º do CIRC a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

m) Benefícios de empregados
Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.
As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.
De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, que se vence a 01 de janeiro, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.
Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

n) Subsídios do estado e outros entes públicos
Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às amortizações dos ativos subjacentes) como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

Os subsídios exploração atribuídos pelo Município são reconhecidos na Demonstração de Resultados, de forna sistemática, durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visem compensar.

o) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

a) Resultados por ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro consolidado e individual atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

b) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa, abrangidos nas atividades de investimento, incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos. Os fluxos de caixa, abrangidos nas atividades de financiamento, incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos.

4.3 Juízos de valor, excetuando os que envolvem estimativas, que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o órgão de gestão utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes

reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.
As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

4.4 Principais pressupostos relativos ao futuro que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4.5 Principais fontes de incerteza das estimativas que tenham um risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o período contabilístico seguinte

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face a acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

5. Fluxos de caixa

Desagregação dos valores inscritos nas rubricas de caixa e em depósitos bancários

Descrição	31-12-2024	31-12-2023
Caixa	223,85	542,75
- Caixa Soctur (sede)	31,87	52,68
-Caixa secretaria		250,95
- Caixa - termas	91,98	23,12
- Fundos de caixa	100,00	100,00
- Caixa eventos		116,00
Depósitos à ordem	268 278,46	297 400,36
	268 502,31	**297 943,11**

Os fluxos de caixa fornecem a informação acerca das componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos obtidos pelos registos contabilísticos da empresa.

6. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Após o reconhecimento das depreciações do exercício de 2019, os equipamentos básicos e administrativos da empresa foram reavaliados com base em relatório elaborado pelo Engº Civil Fernando Manuel da Cunha Cardoso, inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários com o n.º PAI/11/037, tendo resultado um excedente de revalorização no montante de 380.837,35 euros, vertido diretamente nos capitais próprios na conta "Excedentes de revalorização", de acordo com a NCRF 7.

	31-12-2024			31-12-2023		
	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado	Custo histórico	Excedente revalorização	Valor revalorizado
Ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	15 710,82		15 710,82	12 167,68		12 167,68
Equipamento básico	16 573,70	68 748,01	85 321,71	20 595,45	124 304,02	144 899,47
Equipamento de transporte						
Equipamento administrativo		10 730,59	10 730,59	0,01	16 094,58	16 094,59
Outros ativos fixos tangíveis	7 231,70		7 231,70	6 275,81		6 275,81
	39 516,22	79 478,60	118 994,82	39 038,95	140 398,60	179 437,55

7. Partes relacionadas

7.1 Empresas participantes

As seguintes pessoas coletivas detêm mais de 10% do capital subscrito em 31 de dezembro de 2024:

Nome	%	Montante
Município de Santa Maria da Feira	99,52%	125.000

7.2 Transações e saldos pendentes

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro de 2023 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	31-12-2024		
	Transações	Saldos pendentes	
		Ativos	Passivos
Partes relacionadas			
Município de Santa Maria da Feira			
Cliente	255 000,00		
Fornecedor	1 499,26		
Outros			
Feira Viva - Cultura e Desporto			
Cliente			
Fornecedor	159,36		
Outros			

	31-12-2023		
	Transações	Saldos pendentes	
		Ativos	Passivos
Partes relacionadas			
Município de Santa Maria da Feira			
Cliente	295 000,00		
Fornecedor	540,10		
Outros			
Feira Viva - Cultura e Desporto			
Cliente			
Fornecedor	123,00		
Outros			

7.3 Remunerações do pessoal chave da gestão:

Nos exercícios findos em 2024 e 2023 o Conselho de Administração auferiu as seguintes remunerações:

Remuneração C.Administração	2024	2023
Benefícios de curto prazo	5 165,01	21 286,38
Outros benefícios de longo prazo		
	5 165,01	21 286,38

8. Ativos fixos tangíveis

a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e perdas por imparidade acumuladas;
b) Em 2024 as depreciações foram efetuadas pelo método de linha reta, em sistema de duodécimos;
c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho;
d) Após o reconhecimento das depreciações do exercício de 2019, os equipamentos básicos e administrativos foram revalorizados por um perito independente (nota 6).

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia estruturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, depreciações, as perdas de imparidade e as suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

	31-12-2024						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial		148 134,49	930 189,19	30 562,29	183 388,14	85 022,03		1 377 296,14
Aquisições		5 916,55				6 410,79		12 327,34
Alienações								
Transferências								
Abates								
Revalorizações (Nota 6)								
Outras variações								
Saldo final		154 051,04	930 189,19	30 562,29	183 388,14	91 432,82		1 389 623,48
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		135 966,81	785 289,72	30 562,29	167 293,55	78 746,22		1 197 858,59
Depreciações do exercício		2 373,41	59 577,76		5 364,00	5 454,90		72 770,07
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências								
Abates								
Outras variações								
Saldo final		138 340,22	844 867,48	30 562,29	172 657,55	84 201,12		1 270 628,66
Ativos líquidos		15 710,82	85 321,71		10 730,59	7 231,70		118 994,82

	31-12-2024				
	Projetos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo inicial		48 413,73			48 413,73
Aquisições					
Alienações					
Transferências					
Abates					
Revalorizações (Nota 6)					
Outras variações					
Saldo final		48 413,73			48 413,73
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		48 413,73			48 413,73
Amortizações do exercício					
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências					
Abates					
Saldo final		48 413,73			48 413,73
Ativos líquidos					

	31-12-2023				
	Projetos de desenvolv.	Programas computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo inicial		48 413,73			48 413,73
Aquisições					
Alienações					
Transferências					
Abates					
Revalorizações					
Outras variações					
Saldo final		48 413,73			48 413,73
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial		48 413,73			48 413,73
Amortizações do exercício					
Perdas por imparidade do exercício					
Reversões de perdas por imparidade					
Alienações					
Transferências					
Abates					
Saldo final		48 413,73			48 413,73
Ativos líquidos					0,00

	31-12-2023						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. de transporte	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial		145 215,61	912 162,23	30 562,29	183 018,30	79 171,92		1 350 130,35
Aquisições		2 918,88	18 026,96		369,84	5 850,11		27 165,79
Alienações								
Transferências								
Abates								
Revalorizações (Nota 6)								
Outras variações								
Saldo final		148 134,49	930 189,19	30 562,29	183 388,14	85 022,03		1 377 296,14
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade								
Saldo inicial		134 110,78	726 681,72	30 562,29	161 559,71	76 230,17		1 129 144,67
Depreciações do exercício		1 856,03	58 608,00		5 733,84	2 516,05		68 713,92
Perdas por imparidade do exercício								
Reversões de perdas por imparidade								
Alienações								
Transferências								
Abates								
Outras variações								
Saldo final		135 966,81	785 289,72	30 562,29	167 293,55	78 746,22		1 197 858,59
Ativos líquidos		12 167,68	144 899,47		16 094,59	6 275,81		179 437,55

9. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia estruturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e as suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidos de acordo com os seguintes quadros:

10. Inventários

10.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas pelo custo ou pelo valor realizável líquido, no caso de este ser inferior. Os custos de compra incluem o preço de compra, impostos não dedutíveis, os custos de transporte e manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

A empresa adota como fórmula de custeio FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que forem comprados sejam vendidos em primeiro lugar e, consequentemente, os itens que permanecerem em inventário no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados.

10.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31 de dezembro 2024 e em 31 de dezembro de 2023, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Descrição	31-12-2024			31-12-2023		
	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	10 530,88		10 530,88	7 973,43		7 973,43
Matérias-primas, subsi, e de consumo	3 905,03		3 905,03	2 682,77		2 682,77
Produtos acabados e intermédios						
Subprod., desperdícios, resíduos e refugos						
Produtos e trabalhos em curso						
Adiantamentos por conta de compras						
	14 435,91		**14 435,91**	**10 656,20**		**10 656,20**

10.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

A quantia de Inventários reconhecida como um gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, detalha-se conforme segue:

Apuramento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Descrição	2024 Mercadorias	Matérias-primas sub. e de consumo	Total
Saldo inicial	7 973,43	2 682,77	10 656,20
Compras	25 177,77	6 344,55	31 522,32
Regularizações			
Saldo final	10 530,88	3 905,03	14 435,91
Gasto do exercício	**22 620,32**	**5 122,29**	**27 742,61**

Descrição	2023 Mercadorias	Matérias-primas sub. e de consumo	Total
Saldo inicial	3 079,37	2 043,87	5 123,24
Compras	24 220,93	4 089,05	28 309,98
Regularizações			
Saldo final	7 973,43	2 682,77	10 656,20
Gasto do exercício	**19 326,87**	**3 450,15**	**22 777,02**

11. Provisões

A Empresa reconhece uma provisão quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, seja provável que um exfluxo de recurso que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

12. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2024		31-12-2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
pagamentos por conta		-5 404,00		-2 601,00
IRC estimado		7 326,98		10 844,42
Retenção de impostos sobre rendimentos		2 242,50		4 500,52
Imposto sobre o valor acrescentado		1 671,43		1 288,59
Contribuições para a segurança social		11 367,15		23 582,49
Total		**17 204,06**		**37 615,02**

13. Clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as rubricas clientes, fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar	31-12-2024			31-12-2023		
	Valor	Perdas por imparidade	Valor líquido	Valor	Perdas por imparidade	Valor líquido
Ativos						
Clientes	57 023,53		57 023,53	30 500,33		30 500,33
Pessoal						
Deved. e credores por acréscimos rendimentos						
Outros créditos a receber	3 406,23		3 406,23	408,35		408,35
	60 429,76		60 429,76	30 908,68		30 908,68
Passivos						
Fornecedores	9 982,64		9 982,64	24 346,16		24 346,16
Pessoal						
Deved. e credores por acréscimos gastos	33 530,54		33 530,54	31 978,48		31 978,48
Outros credores	1 150,16		1 150,16	225,19		225,19
	44 663,34		44 663,34	56 549,83		56 549,83

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Devedores por acréscimo de rendimentos e gastos" apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2024		31-12-2023	
	débito	**crédito**	**débito**	**crédito**
Devedores por acréscimo de rendimentos				
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a liquidar		16 932,72		21 804,90
Encargos s/ Remunerações Pessoal		4 021,56		5 178,66
Outros gastos		12 576,26		4 994,92
		33 530,54		**31 978,48**

Nas remunerações e encargos com o pessoal, estão contempladas as férias e subsídios de férias do pessoal efetivo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

14. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Financiamentos Obtidos" apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2024	31-12-2023
Descobertos bancários	0,00	0,00
Financiamento bancário	173 190,00	207 827,89
	173 190,00	207 827,89

Financiamentos obtidos	31-12-2024	31-12-2023
Não Corrente		
Empréstimos bancários	138 552,12	173 190,01
Descobertos bancários		
Locações		
Outros		
	138 552,12	173 190,01
Corrente		
Empréstimos bancários	34 637,88	34 637,88
Descobertos bancários		
Locações		
Outros		
	34 637,88	34 637,88

Em dezembro de 2021, foi celebrado com o Millennium um financiamento bancário, no montante de 300.000,00 euros, com um período de carência de 12 meses e pelo prazo de 96 meses.
Em novembro de 2023 foi realizada uma amortização parcial do capital, no montante de 50.000 euros.

15. Diferimentos

A Empresa cumpre o princípio da especialização dos exercícios, nesta conta são registados os gastos e rendimentos que serão reconhecidos no período ou períodos seguintes.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "Diferimentos" apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2024	31-12-2023
ATIVOS		
Seguros	86,21	82,04
Outros gastos	651,08	651,08
Total	**737,29**	**733,12**
PASSIVOS		
Vouchers termais	5 069,11	4 071,95
Total	**5 069,11**	**4 071,95**

16. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

	31-12-2024	31-12-2023
Caixa	223,85	542,75
Depósitos à ordem	268 278,46	297 400,36
Outros depósitos bancários		
Total	268 502,31	297 943,11

17. Capital subscrito

O saldo a 31 de dezembro de 2024 divide-se em 1.256 ações de valor nominal de 100 euros e encontra-se totalmente realizado.

18. Reservas legais

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

19. Outros instrumentos de capital próprio

A rubrica de "Outros instrumentos de capital próprio" corresponde a prestações acessórias concedidas por Acionistas, e era como se segue:

	31-12-2024	31-12-2023
Município de Santa Maria da Feira	628 984,08	628 984,08
Turisfeira, Empreendimentos Turísticos, S.A	19 007,96	19 007,96
José Maria Rodrigues Vieira	19 007,96	19 007,96
	667 000,00	667 000,00

As prestações acessórias não vencem juros.

20. Excedentes de revalorização

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a quantia escriturada na conta de "Excedentes de revalorização" apresentava o seguinte detalhe (nota 6):

	31-12-2024	31-12-2023
Antes de impostos sobre o rendimento	79 476,60	140 398,60
Impostos diferidos	-17 882,69	-31 589,69
	61 593,91	108 808,91

21. Passivos por impostos diferidos

No decurso do exercício de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos foi o seguinte:

	Saldo 01-01-2024	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2024
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos				
Revalorização de ativos	31 589,69		13 707,00	17 882,69
Mais valia fiscal com tributação diferida				
Subsídios				
	31 589,69		13 707,00	17 882,69

	Saldo 01-01-2023	Aumentos	Reduções	Saldo 31-12-2023
Diferenças temporárias que originam passivos por impostos diferidos				
Revalorização de ativos	45 296,69		13 707,00	31 589,69
Mais valia fiscal com tributação diferida				
Subsídios				
	45 296,69		13 707,00	31 589,69

22. Ativos por impostos diferidos reconhecidos no balanço

Os ativos por impostos diferidos, referentes a prejuízos fiscais de anos anteriores, foram reconhecidos por ser convicção do Conselho de Administração que seria provável que lucros tributáveis estejam disponíveis em períodos futuros, contra os quais as perdas fiscais ou créditos tributáveis não usados possam ser utilizados.

No decurso dos exercícios de 2024 e 2023, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi o seguinte:

31-12-2024						
Ano em que foram gerados	Diferenças temporárias dedutíveis	Perdas fiscais não usadas	Créditos por impostos não usados	Total	Ativos por impostos diferidos reconhecidos	Ano de caducidade
2016	50 523,81	50 523,81		50 523,81	10 610,01	2030
2018	25 753,40	25 753,40		25 753,40	5 408,21	2031
	76 277,21	76 277,21	0,00	76 277,21	16 018,22	

31-12-2023						
Ano em que foram gerados	Diferenças temporárias dedutíveis	Perdas fiscais não usadas	Créditos por impostos não usados	Total	Ativos por impostos diferidos reconhecidos	Ano de caducidade
2015	21 969,28	21 969,28		21 969,28	4 613,55	2029
2016	79 345,61	79 345,61		79 345,61	16 662,58	2030
2018	25 753,40	25 753,40		25 753,40	5 408,21	2031
	127 068,29	127 068,29	0,00	127 068,29	26 684,34	

23. Rédito e outros rendimentos

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Rédito	2024	2023
Atividade termal e serviços conexos	779 306,85	667 489,88
Viagem Medieval e outros	36 970,06	28 032,06
Outros serviços conexos com atividade termal		
Subsídios à exploração	255 000,00	295 000,00
Outros rendimentos	10 811,87	245,87
Reversões		
Juros obtidos		
	1 082 088,78	**990 767,81**

A totalidade das vendas e prestações de serviços em 2024 e 2023 destinou-se integralmente ao mercado nacional.

24. Subsídios do estado e de outros entes públicos

A quantia de cada categoria significativa de subsídios do estado e outros entes públicos reconhecida durante o período de 2024 e 2023 foi proveniente de:

	2024				
Subsídio	Montante total	Montante recebido	por receber	Rédito do período	acumulado
Subsídios à exploração:					
. Contrato-programa	255 000,00	255 000,00		255 000,00	255 000,00
. Segurança social					
	255 000,00	255 000,00		255 000,00	255 000,00

	2023				
Subsídio	Montante total	Montante recebido	por receber	Rédito do período	acumulado
Subsídios à exploração:					
. Contrato-programa	295 000,00	295 000,00		295 000,00	295 000,00
. Segurança social					
	295 000,00	295 000,00		295 000,00	295 000,00

Em 25 de janeiro de 2024, o Município do Santa Maria da Feira e a Sociedade de Turismo, celebraram um Contrato-Programa para o ano de 2024, no montante de 255.000 euros, que teve por objeto o desenvolvimento da atividade termal pela exploração comercial e turística e utilização da água mineral natural das Termas de S. Jorge, podendo desenvolver outras atividades além das que constituem o objeto principal.

Esta comparticipação pública revestiu a forma de subsídio à exploração, destinou-se a ressarcir a Sociedade de Turismo em contrapartida das suas responsabilidades e obrigações assumidas no âmbito daquele contrato-programa.

25. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de fornecimentos e serviços externos tem a seguinte decomposição em 2024 e 2023:

FSE	2024	2023
Trabalhos especializados	119 818,04	113 777,36
Publicidade e propaganda	3 267,64	4 957,41
Honorários	480	
Conservação e reparação	16 304,99	34 959,55
Serviços bancários	3 440,59	3 132,52
Ferramentas e utensílios	16 441,23	15 416,55
LIVROS E DOC. TECNICA	50,00	70,00
Material Escritório	3 873,09	2 572,11
Artigos Oferta	1 110,19	1 896,52
Outros		100,00
Eletricidade	40 569,51	26 622,74
Combustíveis	76 033,53	44 229,66
Água	7 949,98	2 281,31
Deslocações e estadas	3 321,99	1 509,59
Rendas e alugueres	8 472,15	8 332,96
Comunicação	6 714,20	8 672,85
Seguros	2 771,27	2 752,07
Contencioso e notariado	140,00	20,00
Despesas representação	310,00	
Limpeza Hig. Conforto	12 434,53	13 469,49
Outros serviços	1 590,41	481,65
	325 093,34	**285 254,34**

Os trabalhos especializados contemplam os honorários dos médicos e de outros colaboradores especializados a que a empresa necessitou de recorrer durante o ano para fazer face às suas necessidades.

26. Gastos com o pessoal

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de "gastos com o pessoal" apresentava a seguinte decomposição:

Gastos com o pessoal	2024	2023
Remunerações dos Orgãos Sociais	4 941,01	20 662,38
Subsídio de Refeição dos Orgãos Sociais	224,00	624,00
Remunerações do pessoal	451 202,30	371 037,19
Subsídio refeição do pessoal	53 560,00	45 920,00
Encargos sobre remunerações dos Orgãos Sociais	1 173,50	4 907,31
Encargos sobre remunerações do pessoal	107 039,01	88 220,69
Seguros de acidentes no trab. e doenças profissionais	3 738,24	3 474,72
Outros gastos com o pessoal	4 065,62	8 845,92
	625 943,68	**543 692,21**

A rubrica "Outros gastos" inclui gastos com cartão refeição, Fundos de compensação e fardas.

	2024	2023
juros suportados	8 882,95	10 624,14
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Outros gastos de financiamento		
	8 882,95	**10 624,14**

30. Impostos sobre o rendimento

Os principais componentes de gastos/rendimentos de impostos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são os seguintes:

	2024	2023
Impostos correntes	-6 915,40	-10 273,50
Tributação Autónoma	-411,58	-570,92
Imposto diferido	3 040,87	-2 138,56
	-4 286,11	-12 982,98

31. Acontecimentos após a data do balanço

31.1 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

31.2 Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 19 de março de 2025, no entanto, os acionistas poderão em Assembleia-geral não aprovar as presentes demonstrações financeiras ou solicitar alterações.

32. Divulgações exigidas por diplomas legais

32.1 Honorários do Revisor Oficial de Contas

Os honorários totais faturados nos exercícios de 2024 e 2023 pelo Revisor Oficial de Contas são os seguintes:

Considerando o caracter sazonal da atividade termal, uma parte significativa do pessoal utilizado na exploração das Termas das Caldas de S. Jorge tem o seu vínculo laboral consubstanciado em contratos a termo certo, cobrindo o período em que as Termas estão a funcionar. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Sociedade mantinha seis funcionários com vínculo contratual fixo estabelecido.

27. Outros gastos

A rubrica "Outros gastos" tem no exercício de 2024 e 2023 a seguinte composição:

	2024	2023
Impostos	1 296,54	1 544,77
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários	21,98	6,88
Gastos e perdas em subsidiárias, assoc. e emp. Conjuntos		
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Outros	3 651,02	3 685,93
	4 969,54	5 237,58

28. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

A rubrica "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" tem no exercício de 2024 e 2023 a seguinte composição:

	2024	2023
Ativos fixos tangíveis	72 770,07	68 713,92
Ativos intangíveis		
	72 770,07	68 713,92

No exercício de 2021, iniciou-se a depreciação dos ativos fixos tangíveis avaliados em 2019, tendo sido definido uma vida útil entre 3 e 6 anos.

29. Juros e outros gastos similares

Os juros e outros gastos similares, reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2024 e 2023 são detalhados conforme se segue:

Tipo de serviços	Honorários	
	2024	2023
Revisão legal das contas anuais	3 641,70	3 648,60
Outros serviços de garantia de fiabilidade		
Consultoria fiscal		
Outros serviços que não sejam de revisão ou de auditoria		
	3 641,70	3 648,60

32.2 Proposta de aplicação de resultados

O Órgão de Gestão propõe o Resultado líquido do período, no montante de 12.400,48 euros, sejam aplicados:
. reservas legais: 620,03 euros;
. para resultados transitados: 11.780,45 euros.

33. Matérias ambientais

A Empresa tem a obrigação legal de evitar e reparar danos ambientais decorrentes do exercício da sua atividade, tendo incorrido em dispêndios para assegurar o integral cumprimento das suas obrigações, não existindo passivos efetivos ou contingentes de caráter ambiental que devam ser reconhecidos ou divulgados, nem riscos ou obrigações desta natureza que possam ser fiavelmente mensurados e originar saídas prováveis de recursos, a acautelar por via de provisões específicas, pelo que não se justifica definir critérios de mensuração para o efeito, nem quaisquer métodos de ajustamento de valor.
Para cumprimento desta obrigação, a empresa, ao nível da recolha e tratamento de resíduos hospitalares e outros materiais de higiene, recorreu aos serviços da entidade: RENTOKIL INITIAL PORTUGAL, LDA.
Os gastos com recolha e tratamento de resíduos hospitalares e outros materiais de higiene reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 2024 e 2023 são detalhados conforme se segue:

	2024	2023
Dispêndios de caráter ambiental	454,89	432,25
	454,89	432,25

Santa Maria da Feira, 19 de março de 2025

O Presidente do Conselho de Administração,

(Município de Santa Maria da Feira, representada por Vítor Carlos Latourrette Marques)

A Vogal do Conselho de Administração

(Teresa Alexandra Alves Rodrigues Vieira).)

O Vogal do Conselho de Administração

(Turisfeira – Empreendimentos Turísticos, SA, representada por Rui Luís Campos Oliveira.)

A Contabilista Certificada

(Maria do Céu Soares da Silva)